

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

PARECER 157/2017/ASSESSORIA/SUPEL

PROCESSO: 01.1712.09082-00/2016

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 774/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Condicionadores de Ar, com fornecimento e reposição de peças, acessórios e componentes eletrônicos, de forma contínua, para atender as unidades da Rede Pública Estadual de Saúde/RO.

1. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos administrativos interpostos tempestivamente pelas licitantes **RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA** (fl. 1.615) e **ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI** (fl. 1.621), com fundamento no art.4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.

2. O presente processo foi encaminhado a esta Assessoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.

3. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº **017/2017/DELTA/SUPEL/RO**.

4. Foram apresentadas contrarrazões pela empresa **LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI** (fls. 1.616/1.617 e 1.622/1.623).

2. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. DOS RECURSOS INTERPOSTOS

3.1 Empresa RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA

6. A recorrente mostra-se contrária a habilitação da licitante **LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI** para o **Grupo 01**. Alega que a recorrida não atendeu plenamente as exigências editalícias, descumprindo a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a prestação de pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo anual previsto para o lote pretendido.

7. Afirma que o Edital é claro no que tange aos requisitos para a comprovação da qualificação técnica, de forma que é necessária a apresentação de Atestado de Capacidade técnica emitido por pessoa jurídica ou pessoa privada. Todavia, a recorrida enviou uma ART emitida pelo CREA/RO, documento esse que foi considerado pelo Pregoeiro para fins de habilitação.

8. Aduz a recorrente que tal ato é contrário ao disposto no Edital, de maneira que a recorrida deveria ter sido inabilitada.

9. Por tais motivos, pede pela inabilitação da empresa **LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI** para o Grupo 01.

3.2 Empresa ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

10. A recorrente insurge contra a habilitação da empresa licitante LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI para o **Grupo 02**, afirmando que não foram atendidos os requisitos dos itens 12.5.2.1.1 e 12.5.2.1.2.

11. Afirma que o atestado de capacidade técnica não contempla o objeto da licitação de forma completa, fazendo menção a apenas algumas atividades. Aduz ainda que o quantitativo do atestado não preenche o requisito de 30% exigido.

12. Requer a reforma da decisão proferida, ensejando a inabilitação da recorrida.

4. DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI

13. Afirma a recorrida que não há fundamento nos recursos interpostos. Assevera que os atestados apresentados são pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, de maneira que as atividades corretivas e preventivas são idênticas e similares, portanto, os atestados apresentados são pertinentes e compatíveis com os serviços pretendidos pela Administração.

14. Aduz ainda que a ART/CREA apresentada é apta a comprovar a capacidade técnica da empresa, se referindo a serviços de manutenção regular e reposição de peças nos equipamentos da SESAU/RO.

15. Pede pelo indeferimento dos recursos.

5. DECISÃO DO PREGOEIRO

16. Examinados os pontos arguidos nas peças recursais, a Comissão opina pelo conhecimento dos recursos, por serem tempestivos e atender aos requisitos formais para, no mérito, julgar:

- a) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA;
- b) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI.

6. DO PARECER

17. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

18. Protestam as recorrentes RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA e ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI contra a habilitação da licitante LIFE TECH INFORMÁTICA EIRELI, para os Grupos 01 e 03, respectivamente.

19. Alegam que os atestados de capacidade técnica não comprovam a prestação de todos os serviços (manutenção corretiva e preventiva), bem como não demonstrou ter executado pelo menos 30% dos serviços, conforme exigido pelo Edital.

20. Ao analisar a documentação fornecida pela recorrida, percebe-se que foi demonstrada de forma satisfatória a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

21. Inicialmente, cumpre entender qual a finalidade do item 12.5.2 do Edital:

12.5.2. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.2.1. Atestado de Capacidade Técnica (Certidão ou Declaração), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, conforme art. 30, II, da Lei nº 8666/93 com o objeto desta licitação, podendo ser usado como modelo o ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA deste Edital, conforme delimitado abaixo:

12.5.2.1.1. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem todos os serviços referente ao(s) lote(s) os quais o licitante esteja participando.

12.5.2.1.2. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços/fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo em contrato para atender com pelo menos 30 % (trinta por cento) do quantitativo anual previsto para o lote que a licitante irá participar.

22. A redação do item estipula a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quem comprove o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes com o objeto licitado. Tal exigência se coaduna com a disposição da Lei 8.666/93.. Percebe-se que não se exige a comprovação de objeto **IDÊNTICO**, pois tal medida restringiria a competitividade do certame, recalcitrando de forma insanável os princípios que orientam o procedimento licitatório.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

23. Sobre a exigência do atestado de capacidade técnica, o Tribunal de Contas da União já exarou uma súmula, assim delimitando:

SÚMULA Nº 263/2011 do TCU

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da **execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.**

24. Uma vez mais, o vocábulo utilizado é **semelhante**, portanto, não há qualquer incongruência nos atestados apresentados pela recorrida, de forma que comprovou possuir vasta experiência na realização dos serviços pretendidos. Para completar a linha de raciocínio utilizada pela SUPEL, juntamos o seguinte julgado:

LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - INTERPRETAÇÃO DE CLAÚSULAS DO EDITAL - RIGOR EXAGERADO.

O objetivo das licitações públicas é a busca do melhor contrato para a administração, garantindo-se, de outro lado, a igualdade de chances aos concorrentes. Toda a interpretação de editais deve ser feita à conta de tal premissa, e, assim, a exigência do item 4. 1.2., alínea a, do Edital (fls. 10), deve ser entendida cumprida. A declaração exigida não precisa ser formulada com as exatas palavras do edital, mas sim com o conteúdo material que lhe atenda ao conteúdo. Afastado o entendimento restritivo e evado de excesso de rigor por parte da Comissão da Licitação. Prevalência de interpretação que favoreça à maior participação.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

(TRF-2 - REOMS: 24729 99.02.05724-1, Relator: Desembargador Federal Guilherme Couto, Data de Julgamento: 15/03/2006, Quinta Turma Especializada, Data de Publicação: DJU - Data: 23/03/2006 - Página: 101)

25. Portanto, os atestados da recorrida comprovam a execução de atividades plenamente compatíveis com o serviço pretendido pela Administração, além de atender a exigência do quantitativo mínimo estabelecido pelo Edital, conforme se extrai das fls. 1.604/1.608.

26. Sobre a forma de condução do procedimento licitatório, especialmente no que versa sobre a aceitação da empresa recorrida, percebe-se que o Pregoeiro se atentou ao princípio constitucional da razoabilidade, assim se manifestou o TJ-MA:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CLÁUSULA EDITALÍCIA. DESAPEGO AO FORMALISMO EXACERBADO. CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA. ASPECTO FINALÍSTICO. PRESTÍGIO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA AMPLA COMPETIÇÃO. ANULAÇÃO DO CERTAME. SEGURANÇA CONCEDIDA.

I. Deve ser considerada cumprida a exigência prevista em procedimento licitatório quando, em desapego ao formalismo exacerbado, a concorrente observa a exigência de cláusula editalícia, alcançando-a em seu aspecto finalístico.

II. Circunstância dos autos em que são prestigiados os princípios da razoabilidade e da ampla competição.

27. Dessa forma, não assiste razão as recorrentes.

7. CONCLUSÃO

Ressalta-se que cabe a esta Assessoria analisar somente os aspectos legais dos atos praticados no certame. Por todo o exposto, opinamos pela **MANUTENÇÃO** da decisão do Pregoeiro, julgando no seguinte sentido:

- a) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA**;
- b) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI**.

A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 29 de novembro de 2017.

Caio Saldanha da Silveira
Matrícula 300132401
OAB/RO 6392

Cátia Marina Belletti de Brito
Chefe da Assessoria Técnica
Matrícula 300137922

Avenida Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Pacaás Novos, 2º Andar, Bairro Pedrinhas - Tel.: (69) 3216-5315
CEP: 76.820-408 - Porto Velho - RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado

DECISÃO

Em consonância com os motivos expostos na Decisão de Recurso da Comissão às fls. 1624/1629 e ao parecer proferido pela Assessoria de Análise Técnica às fls. 1632/, o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento da Comissão.

DECIDO:

- c) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **RECUPERAR RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO LTDA;**
- d) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **ALIANÇA AR CONDICIONADO E ELÉTRICA – EIRELI.**

Em consequência **MANTENHO** a decisão do Pregoeiro da Equipe/DELTA.

Ao Pregoeiro da Equipe/DELTA para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 30 de novembro de 2017.

MARCIO ROGERIO GABRIEL
Superintendente SUPEL